

PERGUNTAS ENVIADAS PARA A FIEMG PELA REPORTAGEM DO OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO EM 10 DE OUTUBRO DE 2022 SOBRE AS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA MINEIRA NA ÁREA AMBIENTAL ENTREGUES A JAIR BOLSONARO – PERGUNTAS NÃO RESPONDIDAS ATÉ A PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA

1 – As propostas da FIEMG para o Meio Ambiente, como por exemplo a **aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental na versão relatada pelo deputado ruralista Neri Geller**, com aplicação da lei às atividades minerárias, podem representar um **“pacote de destruição ambiental” para os próximos 4 anos**. Entre as centenas de especialistas, sindicatos e membros que a FIEMG diz ter consultado para a elaboração das propostas, houve a participação de entidades ambientalistas, da sociedade civil e de movimentos sociais? Se sim, quais, como e quais foram as contribuições recebidas?

2 – A FIEMG **advoga pela não aprovação do PL 2788 de 2019, que institui a [Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens \(PNAB\)](#)**. Este pedido não compromete os direitos das pessoas atingidas e enfraquece a fiscalização e a segurança de barragens de rejeitos de minério de ferro?

3 - “O texto proposto (no PL 2788) também possibilita que a população afetada vete a atividade minerária, condicionando a exploração mineral à realização de consulta prévia, livre e informada aos desalojados ou desabrigados. Ressalta-se que esta determinação vai contra o disposto na Constituição Federal, tendo em vista que a atividade minerária é de interesse nacional”, diz a FIEMG. Baseado em qual análise técnica a FIEMG retirou essa interpretação da Constituição brasileira?

4 – A FIEMG defende também “Prever que nos casos em que o empreendedor estiver exercendo atividade sem licença ou autorização possa solicitar espontaneamente a regularização da sua atividade ou empreendimento, não cabendo sanção por ausência de licença ou autorização, com a consequente alteração do art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, usando por analogia a denúncia espontânea tributária”. A FIEMG não considera que esse pedido premia a impunidade em vez de combatê-la?

5 - Entre outros pontos, a FIEMG pede para que as licenças ambientais sejam concedidas após o prazo legal para análise; a indústria mineira defende a alteração de um decreto federal que protege a Mata Atlântica e, em dois itens, o fim da necessidade de anuência do Ibama para

supressão de Mata Atlântica por empreendimentos minerários; e a FIEMG pede o fim da anuência do IPHAN obrigatória nos estudos de impacto ambiental e a "desburocratização" para exigir estudos arqueológicos e antropológicos. Esses estudos devem ocorrer "apenas em áreas já definidas e consolidadas", alterando a Instrução Normativa IPHAN 01/2015.

Pergunto: isso não fragiliza ainda mais as proteções ambientais em curso no Brasil e em Minas Gerais? O que embasou esses pedidos? E como a FIEMG responde às críticas de que sempre atuou para fragilizar o licenciamento ambiental em MG em favor de mineradoras?

6 – Mesmo após a FIEMG se posicionar dizendo que [não tinha a intenção de debater a campanha presidencial](#), a FIEMG organizou um evento para Jair Bolsonaro e toda a sua comitiva de políticos que o apoiam e defendeu abertamente mais 4 anos de mandato para Jair Bolsonaro, que foi [recebido aos gritos de “mito” por empresários no local](#). Como a FIEMG explica a mudança de postura e como deliberou sobre o apoio explícito dado a Jair Bolsonaro, já que o evento se tornou um palanque do atual presidente?

7 – Se Jair Bolsonaro perder para Luís Inácio Lula da Silva, como as pesquisas indicam no momento, a FIEMG irá dialogar com Lula para pedir a aprovação das medidas sugeridas no documento elaborado? E como a FIEMG irá atuar junto ao Congresso Nacional para encaminhar a aprovação das mesmas medidas?